



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

RELAÇÃO ENTRE PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI E ÍNDICE GERAL DE CURSO - IGC: UM ESTUDO EM CENTROS UNIVERSITÁRIOS LOCALIZADOS NO PARANÁ

Margarete de Fátima Marcon - FURB

Maria José Carvalho de Souza Domingues - FURB

Resumo: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior e o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição – IGC de acordo com o INEP (2011) é um indicador de qualidade de instituições de educação superior, que considera, em sua composição, a qualidade dos cursos de graduação corroborando para a elaboração de *rankings* neste momento a pesquisa se justifica. O presente estudo objetivou identificar com base na percepção dos coordenadores do curso de administração de que forma o IGC - Índice Geral de Curso é considerado no escopo do PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional. Entre os resultados encontrados pode destacar: as principais ações que comprovam esta relação apresentadas pelas IESs em estudo são - para manter a titulação de mestres e doutores dentro do percentual que condiz um resultado positivo, melhor enquadramento em termos de aderência às disciplinas, manutenção de infra-estrutura atendendo a acessibilidade e todo conforto tanto para o docente como para o discente e ênfase em atualização e melhoria constante das tecnologias

Palavras-chave: Sinaes; Índice Geral de Cursos; Plano de desenvolvimento Institucional.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

1 INTRODUÇÃO

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, representa um marco na história da avaliação da educação superior brasileira. O SINAES fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

Neste sentido, um novo fenômeno vem ocorrendo no desenvolvimento do SINAES, o qual evidencia e considera todos os elementos que o compõem, são criados e emitidos indicadores que pretendem elaborar *rankings* das “melhores” IES do país, utilizando-se os instrumentos que subsidiam a produção de indicadores de qualidade.

O Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição – IGC de acordo com o INEP (2011) é um indicador de qualidade de instituições de educação superior, que considera, em sua composição, a qualidade dos cursos de graduação corroborando para a elaboração de *rankings*.

Neste ensejo o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES colocou o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI como um de seus principais eixos de referência (SINAES, 2004, p.3). Neste cenário, as instituições passam a analisar, com atenção, seus documentos institucionais, especialmente o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, já que a estrutura e a composição do IGC requerem ações que impactam nos eixos propostos à construção do documento.

O presente estudo objetiva identificar com base na percepção dos coordenadores do curso de administração de que forma o IGC - Índice Geral de Curso é considerado no escopo do PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional.

Nesta perspectiva, a relevância do estudo se apóia na assertiva “Índice Geral de Curso é um indicador de qualidade de instituições de educação superior, que considera, em sua composição, a qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação” (INEP, 2011).

O PDI, na estrutura apresentada pelo Decreto 5.773, de 09 de maio de 2006, está consubstanciado em eixos, alinhando ações aderentes ao processo de avaliação institucional e direcionando a compreensão do escopo da educação superior. O INEP (2011) apresenta o Índice Geral de Curso - IGC como um indicador de qualidade de instituições de educação superior, utilizado como "*ranking*" pelas IES. Assim, este estudo tem como pressuposto de pesquisa que o IGC está vinculado ao PDI porque as universidades são classificadas de acordo ao IGC e então elaboram seus PDIs em função das exigências do IGC.

Mediante os fatos até aqui apresentados, surge à necessidade de um maior aprofundamento ao estudo; no qual, definiu-se o seguinte problema de pesquisa: até que ponto existe relação entre o Índice Geral de Cursos Avaliados - IGC com os eixos do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI no âmbito das IES privadas localizadas no Oeste do Paraná que oferecem o curso de graduação em administração?

Nessa perspectiva, percebe-se que são escassas as pesquisas que contribuem para o entendimento da relação entre IGC com os eixos do PDI considerando as ações e estratégias. A pesquisa justifica-se pela necessidade de estudos que corroborem com o entendimento, a compreensão do SINAES. Deverá servir de subsídio para o aperfeiçoamento ou reformulação das ações apresentadas no PDI pelas IES. A pesquisa procurará também promover e



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

incentivar, mesmo que de forma restrita, o conhecimento, a análise e reflexão sobre a IGC e PDI.

Além desta primeira parte introdutória, apresenta-se a seguir uma segunda seção de revisão de literatura com os principais conceitos, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, A Concepção do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, A Concepção do Índice Geral de Curso – IGC e Articulação do PDI com o IGC. Na terceira seção aborda-se o delineamento metodológico utilizado para a realização esta pesquisa. Na quarta seção busca-se expor e interpretar os principais resultados da pesquisa, identificando a realidade dos documentos em todos os construtos analisados, e por fim, na quinta e última seção expressar-se-á as considerações finais com o intuito de solucionar a pergunta de pesquisa e apresentar as limitações e sugestões para pesquisas futuras.

2 SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – SINAES

Cada país seguindo suas próprias características criou e adotou uma metodologia própria para a avaliação do sistema de ensino superior, como exemplo disso é possível relacionar os seguintes trabalhos: no caso da Inglaterra (HARVEY, 2005), Malásia (ALFAN & OTHMAN), Japão (NGUYEN; YOSHINARI; SHIGEJI, 2005), Índia (SYELLA, 2004), Chile (LEMAITRE, 2004) Hungria (ROZSNVAI, 2004) e África do Sul (STRYDOM; STRYDOM, 2004).

O sistema Nacional da Educação Superior – SINAES representa um marco na história da avaliação da educação superior brasileira, tendo como objetivo promover a melhoria da qualidade da educação superior orientando a expansão de sua oferta e objetivando o aumento permanente da eficácia da instituição, sua efetividade acadêmica e social, em especial o aprofundamento dos compromissos sociais.

Em 14 de abril de 2004 entra em vigor a Lei nº. 10.861/2004, que instituiu o SINAES com o objetivo de “assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes” (SINAES, 2004. Art.1º).

Com as considerações das experiências anteriores, INEP (2003) destaca que a avaliação, a partir da estrutura do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES passou a se constituir em uma política educacional de diretrizes amplas, de modo a garantir o padrão de qualidade das instituições e de cursos em uma sistemática de verificação de qualidade, regulação e supervisão.

A Lei n.º 10861/04, no seu art. 3.º, estabelece as dimensões que devem ser o foco da avaliação institucional e que garantem, simultaneamente, a unidade do processo avaliativo em âmbito nacional e a especificidade de cada instituição. São, por exigência de lei, dimensões da avaliação institucional, interna e externa, descritas a seguir:

Quadro 1: Dimensões do SINAES para a avaliação institucional e pesos das dimensões.

DIMENSÕES DO SINAES PARA A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E PESOS		
Dimensão	Quantidade de Indicadores	Pesos



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

D1:	Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI	2	5
D2:	A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;	7	35
D3:	A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;	4	5
D4:	A comunicação com a sociedade;	3	5
D5:	As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.	6	20
D6:	Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;	4	5
D7:	Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;	5	10
D8:	Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;	3	5
D9:	Políticas de atendimento aos estudantes;	4	5
D10:	Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.	3	5
Total			100

Fonte: CONAES/INEP/DAES, 2010.

Tais dimensões foram estabelecidas pela Lei nº 10.861/04, artigo 3º. são divididas em três núcleos: núcleo básico e comum, o núcleo de temas optativos e o núcleo de documentação (dados e indicadores), em que são apresentados documentos que podem contribuir para fundamentar e justificar análises e interpretações (SINAES, 2004).

Percebe-se, que a avaliação das instituições de educação superior tem por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, respeitando a diversidade e a especificidade das diferentes organizações acadêmicas (universidades, centros universitários, faculdades, centros de educação tecnológica). Avaliação institucional, portanto, não mais se confunde com avaliações de rendimento acadêmico ou com a avaliação de curso, embora os considere efetivamente em suas análises, inferências e juízos.

Polidori, Araujo e Barreyro (2006) e Polidori (2008) enfatizam que com o SINAES a avaliação institucional engloba momentos em que a contribuição da comunidade acadêmica é relevante e considerada como parte estruturante dos processos avaliativos, cada qual com suas características determinantes para eficácia do processo avaliativo. Os momentos, dentro do que propõem Gouveia et. al. (2005), consolidam-se como base para uma reflexão sobre as ações institucionais, permitindo uma análise sistemática da missão, de modo a alimentar a estrutura institucional e atender às suas demandas de compromissos. Eles se articulam, constituindo um processo de construção da identidade, conforme descrita no PDI e nas bases da autonomia referendada a cada tipologia institucional.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Quadro 2: O SINAES integra três modalidades principais de instrumentos de avaliação, aplicados em diferentes momentos.

O SINAES integra três modalidades principais de instrumentos de avaliação, aplicados em diferentes momentos.		
Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES)	Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG)	Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE)
(a) auto-avaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES, a partir de 1º de setembro de 2004;	Avalia os cursos de graduação por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas in loco de comissões externas.	Avalia os cursos de graduação por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas in loco de comissões externas.
(b) avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo INEP, segundo diretrizes estabelecidas pela CONAES.	Periodicidade desta avaliação depende diretamente do processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento a que os cursos estão sujeitos.	

Fonte: A pesquisadora.

O SINAES associa em sua análise as três modalidades principais citadas à cima como instrumentos de avaliação, os quais são aplicados em diferentes momentos. De acordo com os documentos básicos do SINAES, a Avaliação das Instituições de Educação Superior – AVALIES é a primeira modalidade, e é o centro de referência e articulações do sistema de avaliação que se desenvolve em duas etapas: Auto-avaliação e Avaliação externa segundo normas estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES.

2.1 A CONCEPÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI

Os dados oficiais do Ministério da Educação - MEC revelam que, a partir da década de 90, a expansão da educação superior vem instigando as Instituições de Educação Superior - IES a profissionalizarem as gestões administrativa e acadêmica, tendo como ferramentas o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e os Projetos Pedagógicos de Cursos - PPC.

De acordo com Lei no 10.861 no artigo 3º, enuncia-se como primeira dimensão a ser objeto de avaliação precisamente “a missão e o plano de desenvolvimento institucional” (SINAES, 2004).

Mais do que isso, endossando Sguissardi (1997), considera que o PDI deve tornar-se referência básica para o estabelecimento de qualquer critério ou processo de avaliação. O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI consiste num documento em que se definem a missão da instituição de ensino superior e as estratégias para atingir suas metas e objetivos.

Entretanto, o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI surge como sendo um documento que orienta a interlocução entre o Ministério da Educação e as instituições,



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

fixando as políticas institucionais. O documento, a partir das orientações do Decreto No 3.860, de 9 de julho de 2001, traz elementos para a atividade das instituições, orientando ações que são validadas no momento da avaliação institucional. Segundo descreve Segenreich (2005), o PDI se institui pela influência do planejamento na estrutura das instituições, pressupondo um detalhamento das operações de modo aderente ao respectivo modelo institucional, formando um roteiro de ações em função da prospecção de um cenário aderente aos compromissos assumidos pela instituição.

Para melhor compreensão das diretrizes propostas, faz-se necessário enunciar alguns pressupostos básicos, a saber:

Devem integrar os anexos ao PDI, no caso de faculdades ou credenciamento de IES nova, os seguintes documentos: projetos de cursos previstos para o primeiro ano de vigência de PDI; regimento ou estatuto (ou proposta de), conforme a natureza da instituição e outros documentos relevantes e complementares ao PDI, que a IES entenda que devam fazer parte do mesmo.

A construção do PDI deverá se fazer de forma livre, para que a Instituição exercite sua criatividade e liberdade, no processo de sua elaboração. Entretanto, os eixos temáticos constantes das Instruções a seguir, deverão estar presentes, pois serão tomados como referenciais das análises subsequentes, que se realizarão por comissão designada pela SESu/MEC e SETEC/MEC para este fim.

O texto do PDI deverá ser conciso e claro, contendo dados e informações relevantes para a análise de mérito da proposta e que permitam também, tanto à IES como ao MEC, identificar e monitorar o cumprimento das metas institucionais estabelecidas (MEC, DECRETO nº 5.773, 2006).

No que tange a elaboração do PDI é de suma importância, considerar como princípios, a clareza e a objetividade do texto, bem como a coerência, de forma a expressar a adequação entre todos os seus elementos, e a facilidade, de forma e demonstrar a viabilidade do seu cumprimento integral.

Todavia, por intermédio da Resolução CNE/CES nº 10/2002, que foi homologada no ano de 2003, Francisco (2012, p.54) ressalta que o “PDI passa a ser o instrumento base para a avaliação e para a regulação institucional, sendo o principal documento que orienta a construção dos projetos de curso”.

O Plano de Desenvolvimento Institucional tende a identificar a IES conforme mostra a figura 1.

Figura 1 – Identificação da IES



Fonte: Pró-reitoria de planejamento: UEA – Universidade do Estado do Amazonas.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Neste sentido de acordo com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional considera a identidade da IES, no que diz respeito a sua filosofia de trabalho, a missão a que se propõem as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, a sua estrutura organizacional e as atividades acadêmicas que desenvolvem e pretendem desenvolver.

Neste sentido a UNEMAT (2013, p.4), afirma que a “elaboração do PDI representa, não apenas, uma obrigação das IES, mas uma forma de estimular aos membros da comunidade universitária de ver suas expectativas, ideias coletivos e sugestões para com a instituição formalizadas em documento que deve ser seguido pelos gestores institucionais”.

2.2 A CONCEPÇÃO DO ÍNDICE GERAL DE CURSO – IGC

O IGC de cada instituição de ensino superior do Brasil foi apresentado pela primeira vez em 2008 com divulgação anual pelo INEP, levando em conta um triênio e considerando os CPCs dos cursos que fizeram o ENADE neste ciclo. O CPC é o Conceito Preliminar de Curso que é obtido através do ENADE, do IDD e das variáveis de insumo.

A forma do cálculo do CPC de acordo com o INEP (2011) tem implicações sobre a representatividade do IGC. Para um curso ter CPC é necessário que ele tenha participado do Enade com alunos ingressantes e alunos concluintes. Portanto, o IGC é representativo dos cursos que participaram das avaliações do Enade, com alunos ingressantes e concluintes.

Todavia o INEP (2011) apresenta o IGC como um indicador de qualidade de instituições de educação superior (universidades, centros universitários e faculdades) que considera em sua composição, a qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado e doutorado).

O IGC resultante varia em um intervalo de 0 a 500 pontos, sendo que as extremidades constituem valores pouco prováveis em virtude da metodologia de cálculo. Para classificação das IES, o IGC contínuo é transformado em conceito. A métrica dessa transformação é apresentada na tabela 1.

Tabela 1 – Métrica de transformação do IGC contínuo em conceito

IGC – contínuo	Conceito IGC associado
0,00 – 094 pontos	1
0,95 – 194 pontos	2
195 – 294 pontos	3
295 – 394 pontos	4
395 – 500 pontos	5

Fonte: Fonte: MEC/INEP, 2008

Também em discussão na Conaes, definiu-se que nenhum curso pode ser considerado de excelência – ou seja, com Conceito 5 (cinco) – caso em algum dos termos que compõem o Conceito Preliminar o curso tenha obtido nota menor ou igual a 0,9 (correspondente a nota



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

discreta igual a 1). Assim, qualquer curso com nota em infra-estrutura – e/ou em qualquer um dos outros termos – menor que ou igual a 0,9 atinge, no máximo, o conceito 4 quatro.

Segundo a última Nota Técnica 29, publicada em 15 de outubro de 2012 O CPC é base para a construção do IGC conforme o quadro 1:

Quadro 3 - Composição do conceito preliminar de curso (CPC) – bases para a construção do IGC

ENADE	Nota Concluintes	20%
IDD		35%
INSUMOS		DISTRIBUIÇÃO
CORPO DOCENTE	Titulação: Doutores	15%
	Titulação: Mestre	7,5%
	Regime de trabalho integral	7,5%
Infra Estrutura e Instalações Físicas		7,5%
Recursos Didático-Pedagógicos		7,5%

Fonte: MEC/INEP, 2011.

O IDD é considerado a diferença entre o desempenho médio do aluno e o desempenho esperado em seu curso, deve representar quanto cada curso se destaca da média no valor do CPC. O item sobre variáveis de insumo é formado por dados referentes ao corpo docente, infra estrutura e programa pedagógico obtidos com informações do Censo da Educação Superior e respostas ao questionário socioeconômico do ENADE.

O desempenho tem um peso de 55% no CPC e tem como objetivo aferir o rendimento dos alunos em relação a conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, habilidades e competências para sua atualização permanente e conhecimentos sobre a realidade brasileira e mundial.

2.3 ARTICULAÇÃO DO PDI COM O IGC

O Plano de Desenvolvimento Institucional está estruturado em eixos conforme o Decreto nº 5773, “alinhando ações aderentes ao processo de avaliação institucional e direcionando a compreensão do e escopo da educação superior” (FRANCISCO; OTANI; HELOU; MICHELS, 2011, p.2). O PDI consolidou a estrutura operacional da educação superior, concentrando os instrumentos de avaliação, regulação e supervisão do processo educacional, relacionando ações para os 10 eixos de forma individualizada. Francisco, Otani, Helou e Miclels (2011, p.2) “á partir desta orientação, os direcionamentos para a construção do documento podem estar diretamente relacionados com o processo de planejamento



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

estratégico das instituições que se utilizam de tal instrumento para estruturar seu processo de desenvolvimento e expansão, podem refletir no IGC”.

A Portaria Normativa nº 23, de 29 de dezembro de 2010, no Art. 33-b apresenta dados que demonstram “as relações com o Plano de Desenvolvimento Institucional ficam latentes no momento em que se identifica o IGC como configurado em um indicador de qualidade institucional, considerando itens que podem não constar no PDI das instituições” (FRANCISCO, 2013, 14).

No momento em que se considera a Portaria Normativa Nº23, de 29 de dezembro de 2010, Francisco (2013, S/P), aponta que o “instrumento que ratificou e consolidou a Portaria Normativa Nº 40, de 13 de dezembro de 2007, percebe-se o impacto do IGC nas ações institucionais, supondo conflitos consideráveis na estrutura gerencial da instituição”.

Francisco (2012) argumenta que apesar de ainda não existir literatura que comprove a relação desse índice no âmbito do PDI, “o principal documento que norteia o desenvolvimento da instituição, independente de seu modelo, a partir da leitura e da análise dos diversos instrumentos legais, que compõem o índice, torna-se possível conjecturar que tal relação existe (FRANCISCO, 2013, p. 14).

No contexto institucional a influência do Índice Geral de curso é destacada pela Portaria nº 23, de 29 de dezembro de 2010 é evidenciada no impacto regulatório do credenciamento, tendo o indicador como base para o ato, posicionando como indicador que norteia o processo.

O reconhecimento dessa base referencial do PDI para a avaliação institucional faz parte do próprio conceito de avaliação adotado no documento em análise. Partiu-se da definição de avaliação como um ato pelo qual se formula um juízo de valor sobre um objeto (indivíduo, ação, projeto, etc.), por meio de um confronto entre a realidade observada desse objeto e um modelo ideal que nos serve como referência (HADJI, 1994, s/p).

Nos pedidos de autorização de cursos presenciais, a avaliação *in loco* poderá ser dispensada, por “decisão do Diretor de Regulação competente, após análise documental, mediante despacho fundamentado, condicionada ao Conceito Institucional (CI) e Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) da instituição mais recentes iguais ou superiores a 3 (três), cumulativamente” (FRANCISCO, 2013, p.15).

Segenreich (2005) assevera sobre a importância das IES observar o Plano de Desenvolvimento Institucional como um modelo ideal, entender que antecede a avaliação, não se pode apreciar sem ter conhecimento da sua natureza. Esse modelo apontado por Segenreich (2005), como ideal, é apresentado como referente por Segenreich (2005, *Apud* Hadji, 1994, p.151), pode ser traduzido, num processo de avaliação institucional, em termos de finalidades, metas e planos a médio e curto prazo. “Um plano de desenvolvimento institucional, nessa perspectiva, poderia espelhar a tradução, em médio prazo, das propostas de uma instituição de ensino superior no sentido de consolidar sua trajetória” (SEGENREICH, 2005, p. 151),

De acordo com as assertivas de Segenreich (2005), as IES tendo o IGC como fator importante à perenidade institucional, parte-se de um pressuposto no qual a relação do índice com o PDI é inerente, por serem dois mecanismos que desencadeiam reflexões sobre a estrutura gerencial da instituição e a qualidade.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

A complexidade da educação superior, tanto na dimensão institucional quanto na do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES requer a utilização de múltiplos instrumentos e a combinação de diversas metodologias. “Por exemplo, não cabe mais discutir as falsas aporias do quantitativo e do qualitativo ou do objetivo e do subjetivo, mas sim, utilizar os diversos instrumentos e as distintas perspectivas metodológicas de forma combinada, complementar e de acordo com as necessidades de análise e julgamento.” (ANDRADE; AMBONI, 2005, S/P).

A seguir apresenta-se um quadro resumo dos principais autores e os construtos elaborados a partir da revisão de literatura.

Quadro 4 – Fatores relevantes na relação PDI e IGC

AUTOR	CONCEITO
SINAES	
QUEIROZ (2011)	SINAES apresenta tendência de avaliação quantitativa, processamento de dados estatísticos e criação de <i>ranking</i> .
Hékis (2008)	Tendo as bases nas dez dimensões, o SINAES promove a orientação da oferta das atividades institucionais, determinando os caminhos para que a instituição posicione suas práticas no âmbito da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e gestão.
PDI	
Sguissardi (1997)	Considera que o PDI deve tornar-se referência básica para o estabelecimento de qualquer critério ou processo de avaliação.
Segenreich (2005) e Francisco (2012)	O PDI é considerado um documento que identifica IES, no que se refere à filosofia de trabalho, à missão, às diretrizes pedagógicas que orientam as ações das instituições, à estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que são desenvolvidas e as que pretendem desenvolver.
IGC	
Scaglione e Costa (2011, p. 4)	Esse índice é visto como a representação quantitativa da qualidade, de modo que a qualidade de uma IES é seu IGC.
RELAÇÃO ENTRE PDI E IGC	
Francisco (2012) e Francisco (2013, p.14)	Com o auxílio da percepção do coordenador e pesquisador institucional, é possível identificar a relação entre o IGC e o eixo do PDI nas IES. A Portaria Normativa nº 23, de 29 de dezembro de 2010, no Art. 33-b apresenta dados que demonstram “as relações com o PDI ficam latentes no momento em que se identifica o IGC como configurado em um indicador de qualidade institucional, considerando itens que podem não constar no PDI das instituições”.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Evidencia-se com este quadro-resumo a magnitude dos conceitos estudados que corroboraram para o entendimento da relação entre PDI E IGC.

A partir deste levantamento elaborou-se o instrumento de coleta, que apresentar-se-á a seguir.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos adotados para a classificação da pesquisa estão amparados nas contribuições de Richardson (1999), Gil (2002), Gil (2010) e Martins (2002) já que a metodologia proporciona a escolha dos processos de investigação da realidade, definindo procedimentos para se alcançar os objetivos do estudo. Com base nas inferências de Martins (2002), Lakatos e Marconi (2006) e Souza, Filho e Otani (2007), Almeida (1996), Godoy (1995) e Hair Jr *et. al* (2005) a pesquisa é orientada por uma instrumentação de subsídios para a elucidação da questão problema que orienta o trabalho: até que ponto existe relação entre o Índice Geral de Cursos Avaliados - IGC com os eixos do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI no âmbito das IES privadas localizadas no Oeste do Paraná que oferecem o curso de graduação em administração?

A pesquisa do presente estudo é caracterizada de acordo com o quadro 3.

Quadro 5 - Classificação da Pesquisa

Critério	Denominação
Suporte de registro	Bibliográfica e Documental
Relação com os sujeitos	Não participante.
Método de abordagem	Dedutiva.
Método de procedimento	Descritivo.
Espacial	De campo.
Relação com a sociedade	Aplicada.
Abrangência e profundidade	Estudo exploratório.
Tratamento dos dados	Qualitativa.

Fonte: Pesquisadora.

No que se refere a suporte de registro a pesquisa é bibliográfica e documental.

Assim, primeiramente, realizou-se a pesquisa qualitativa bibliográfica, revisando-se a literatura, o que permiti identificar a relação entre os eixos do PDI e o IGC. De acordo com Lakatos e Marconi (2006), A pesquisa bibliográfica trata-se de levantamento de toda a bibliografia já publicada. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito sobre o tema em estudo.

Sob as orientações de Lakatos e Marconi (2006), no segundo momento, a pesquisa foi feita em consulta a cerca de documentos institucionais das IES em estudo. Nesse sentido é caracterizada também, por uma pesquisa documental. Lakatos e Marconi (2006) sustentam que pesquisa documental provem das fontes primárias, “são aquelas de primeira mão, provenientes dos próprios órgãos que realizaram as observações” (LAKATOS; MARCONI, 2006, p. 43). Podem ser encontrados em arquivos públicos ou particulares, assim como em fontes compiladas por órgãos oficiais e particulares.

De acordo com Richardson (1999), no que tange a relação com o sujeito a pesquisa é de observação não participante sendo aquela que o investigador não toma parte nos



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

conhecimentos objeto de estudo como se fosse membro do grupo observado, apenas atua como espectador atento.

Considerando as definições de Richardson (1999), do problema elencado à pesquisa, optou pelo raciocínio dedutivo, parte-se da teoria geral para explicar o particular.

O método de procedimento a ser utilizado, considerando as definições de Almeida (1996) e Gil (1999), a pesquisa se torna descritiva quando se propõe a descrever as ações que confirmam a relação entre o Índice Geral de Cursos Avaliados (IGC) aos eixos do PDI.

De acordo com as afirmativas de Gil (2002), a investigação é classificada um estudo de campo, pois a coleta de dados aconteceu no local onde os fenômenos ocorrem e junto aos Coordenadores de curso das IES também objetos de estudo. Deve ser “empregada em estudos que visam avaliar ações ou interferências realizadas no âmbito social” (SOUZA; FILHO; OTANI 2007, p.42). Ainda, quanto às fontes de informação, se utiliza a bibliografia como fonte de coleta de dados, a partir da utilização de materiais publicados e que servem de alicerce à construção do arcabouço teórico.

Quanto à natureza, conforme Gil (2010), a investigação se classifica como sendo uma pesquisa aplicada, já que tem a intenção de consolidar conhecimentos sistemáticos e aplicados para a solução de uma problemática específica, envolvendo direcionamentos concretos para a realidade das universidades em estudo. A pesquisa é exploratória pelo fato de exigir, do autor, a familiarização com a realidade investigada.

Na abordagem do problema, em concordância com Richardson (1999), o tratamento dos dados da presente pesquisa é predominantemente qualitativa, por apresentar como objetivo identificar as ações que mostram a relação entre o Índice Geral de Cursos avaliados - IGC com os eixos do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI no âmbito das IES que oferecem o curso de graduação em administração no Oeste do Paraná. A abordagem qualitativa justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social.

Este estudo buscou analisar de forma detalhada e minuciosa as entrevistas estruturadas aplicadas aos coordenadores dos centros universitários que oferecem o curso de administração e estão localizados no Paraná totalizando esses sete centros. A coleta de dados foi realizada durante o primeiro semestre de 2013, de forma a responder o objetivo do estudo. A seguir serão apresentadas as análise e interpretação dos dados.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A partir do objetivo de pesquisa “identificar com base na percepção dos coordenadores do curso de administração de que forma o IGC - Índice Geral de Curso é considerado no escopo do PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional”, neste capítulo serão apresentadas as considerações eminentes do processo de sistematização de dados.

De acordo com a pesquisa, percebe-se que os coordenadores pesquisados conhecem o IGC da sua IES, sendo entre 3 e 4. Dos cinco coordenadores entrevistados três afirmam que o PDI é construído por consultores, os demais afirmam ser construído de forma coletiva, mas que recebem auxílio de consultores conforme demonstra parte da entrevista a seguir:

“nós trabalhamos o PDI de forma coletiva, temos suporte de uma profissional que nos orienta, mas é construído juntamente com os coordenadores de curso, a coordenação geral e a direção”(ENTREVISTA - COORDENADOR, 2013).



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

“uma combinação entre “coletiva” e “por consultores” (ENTREVISTA - COORDENADOR, 2013).

A partir desta compreensão evidencia que as IES tem conhecimento sobre as exigências do Ministério da Educação no que se refere à construção do PDI seja construído e reformulado de forma coletiva, mas não se sentem seguros.

Por meio das contribuições da pesquisa, pode-se ressaltar que os fatores mais citados pelos coordenadores que influenciam no IGC da IES, estão o ENADE, a titulação dos professores, a infra-estrutura e a própria construção do PDI. As principais ações que as IES estudadas afirmam desenvolver para atender à estrutura do IGC são; para manter a titulação de mestres e doutores dentro do percentual que condiz um resultado positivo, melhor enquadramento em termos de aderência às disciplinas, manutenção de infra-estrutura atendendo a acessibilidade e todo conforto tanto para o docente como para o discente e ênfase em atualização e melhoria constante das tecnologias.

Um coordenador afirma que além das ações citadas a cima a IES desenvolve um trabalho de conscientização em relação ao ENADE no sentido de incentivar o acadêmico para que ele tenha essa visão da importância do ENADE tanto no resultado final para o curso como para a IES. Para retratar esta ação apresenta-se na sequência a argumentação do entrevistado.

Então eu penso que este é um grande desafio hoje para nós por que o aluno ele não tem essa consciência, ele entende que o ENADE não influencia em nada para ele, se ele for lá e assinar a lista de presença é o suficiente para comprovar que ele esteve lá. Só que esta nota é fundamental para o resultado dos índices para a IES, então esse trabalho de conscientização é importante, a gente vem trabalhando e é um grande desafio (ENTREVISTA - COORDENADOR, 2013).

As informações dos coordenadores mostram que as principais ações estão vinculadas a uma investigação sobre a estrutura do Plano de Desenvolvimento Institucional, de modo a compreender a essência da identidade institucional e direcionar as ações necessárias para o cumprimento de cada política.

Com base nas informações obtidas pelos entrevistados as ações estão relacionadas com as seguintes políticas: políticas de ensino, política de iniciação científica e a política de gestão acadêmica as 3 estão relacionadas ao PDI. Conforme parte da entrevista retrata:

a fim de aperfeiçoar o desenvolvimento de suas atividades básicas por meio de programas permanentes de qualificação de pessoal docente e técnico-administrativo, a IES criou e implementou um Plano Institucional de Capacitação (PIC), foi implantado em 2009. No âmbito da avaliação institucional, a faculdade conta com a Comissão Própria de Avaliação (CPA), ficando esta responsável pela avaliação contínua da IES, de acordo com os parâmetros e dimensões previstos pelo SINAES e pelo acompanhamento e avaliação da efetiva implementação de melhorias a partir da análise das recomendações da CPA. Posso afirmar que ações estão relacionadas diretamente a Políticas de Ensino, as Políticas de Extensão e as Políticas de Gestão (ENTREVISTA - COORDENADOR, 2013).

As IES entendem que no momento em que se volta para suas políticas institucionais e para ações concretas que visam o cumprimento do PDI, automaticamente se atendem as



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

considerações ensejadas pelo IGC. O IGC configura-se como um real indicador de qualidade, bem como de possíveis fragilidades a serem corrigidas. Portanto, um elemento relevante no processo de gestão da qualidade da IES. Mesmo assim as IESs afirmam que não fazem uma relação direta PDI e IGC, acreditam que aconteça de forma involuntária conforme depoimento a baixo:

“no entanto, nossa IES ainda não faz uma relação direta do IGC com o PDI. Isto, mesmo havendo algumas políticas institucionais que promovam melhorias que, de certa forma, remetam-se a alguns aspectos do IGC. Creio que isto ocorra de forma involuntária” (ENTREVISTA - COORDENADOR, 2013).

O IGC por ser um índice que está na mídia permeia o nome da IES, é uma preocupação grande que agente tem e principalmente hoje a preocupação maior é o ENADE.

Apesar dessa percepção, a Instituição percebe o indicador como sendo fundamental aos seus ensejos de futuro, já que, em seu planejamento estratégico, há intenção de galgar níveis maiores em termos de expansão e posicionamento.

Com relação à estrutura do conceito IGC, percebe-se que esse índice se relaciona de modo direto com os eixos do PDI das IESs em estudo. De acordo com os coordenadores se pretende ampliar o raio de ação da IES, através da oferta de novos cursos, do aumento do número de alunos, da intensificação das propostas de pesquisa e extensão, enfim, de uma maior abrangência de suas ações a cada ano, há um preço a ser pago, há um esforço extra a ser realizado: a elevação e manutenção dos níveis de qualidade. Assim sendo, um plano de avaliação e aferimento destes níveis faz-se indispensável, como sendo um item integrante e jamais dissociável do próprio planejamento estratégico institucional, aqui denominado PDI.

Com o objetivo de manter o índice que já tem e visualizar quais ações poderão ser desenvolvidas para aumentar, as IESs acompanham metodicamente as ações desenvolvidas na IES a fim de verificar se as funções e prioridades determinadas coletivamente estão sendo realizadas e atendidas. No âmbito da avaliação institucional, a faculdade conta com a Comissão Própria de Avaliação - CPA, ficando esta responsável pela avaliação contínua da IES, de acordo com os parâmetros e dimensões previstos pelo SINAES.

As IESs em estudo na sua maioria não apresentam nenhuma ação direta desenvolvida no sentido de consolidar o IGC como um diferencial competitivo da Instituição. Entendem que toda instituição de ensino superior que pretenda consolidar-se como proponente de um trabalho educacional de qualidade para com a sociedade em geral deve agir prontamente na direção de um processo seguro de monitoramento das suas condições gerais de atuação. Conforme relato a baixo:

Então agente tem várias ações eu não diria que tem alguma coisa especificamente, há isso aqui pensando na competitividade do mercado, mas, o índice está aí, as pessoas, a comunidade em geral tem acesso acaba que quanto melhor a nota vincula-se a qualidade da IES, então existe uma preocupação não direcionada específico pensando nessa concorrência, mas todo o trabalho hoje já é feito pensando nesses resultados, então agente tem que ter um objetivo, a instituição trabalha com a qualidade de ensino, mas, tem que ter um olhar no índice por que não importa o índice vai aparecer e se for 2 você vai ser banalizado, talvez a realidade não seja exatamente está, mas, é o que temos então nós temos que nos adaptar a essa realidade e da melhor forma procurar atender para que esse resultado seja positivo.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

(ENTREVISTA - COORDENADOR, 2013).

As IESs em estudo compreende que o IGC pode complementar as políticas descritas no Plano de Desenvolvimento Institucional e desencadear ações proativas e que busquem a formação integral do egresso e a observância de princípios elencados pelo SINAES, mesmo considerando as críticas e a constituição do conceito.

5 CONCLUSÃO

De acordo com Freitas (1997) a busca permanente pela qualidade de ensino, da pesquisa e de toda a relação de uma Instituição de Ensino Superior com a sociedade passa, necessariamente, por uma avaliação institucional permanente, avaliação compreendida enquanto instrumento de reflexão, de autoconhecimento, e de ações de melhoria do trabalho institucional. O INEP (2011) apresenta o Índice Geral de Curso - IGC como um indicador de qualidade de instituições de educação superior, utilizado como "*ranking*" pelas IES e o PDI, na estrutura apresentada pelo Decreto 5773, de 09 de maio de 2006, está consubstanciado em eixos, alinhando ações aderentes ao processo de avaliação institucional e direcionando a compreensão do escopo da educação superior.

De acordo com as assertivas de Segenreich (2005), as IESs tendo o IGC como fator importante à perenidade institucional, parte-se de um pressuposto no qual a relação do índice com o PDI é inerente, por serem dois mecanismos que desencadeiam reflexões sobre a estrutura gerencial da instituição e a qualidade.

O trabalho de pesquisa que se conclui, amparado nos pressupostos descritos, tem, no bojo de seu estudo identificar com base na percepção dos coordenadores do curso de administração de que forma o IGC - Índice Geral de Curso é considerado no escopo do PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional. Por intermédio da investigação, em consonância com a estrutura da revisão de literatura, é possível identificar que as IESs se baseiam nos dois aspectos para consolidar suas atividades nas respectivas áreas de atuação acadêmica. Percebe-se que a atividade da livre iniciativa na educação superior, é a base para o desenvolvimento de ações em função das possibilidades permitidas pelos instrumentos legais, sobretudo pela LDB. Tem-se a comprovação no momento em que é identificada a relação do IGC com o PDI. As principais ações que comprovam esta relação apresentadas pelas IESs em estudo são: para manter a titulação de mestres e doutores dentro do percentual que condiz um resultado positivo, melhor enquadramento em termos de aderência às disciplinas, manutenção de infraestrutura atendendo a acessibilidade e todo conforto tanto para o docente como para o discente e ênfase em atualização e melhoria constante das tecnologias. Programas de qualificação para os docentes e os técnico administrativos, de conscientização dos discentes com o ENADE. Demonstra a preocupação com as exigências do Ministério da Educação e a autonomia em adequar as ações a realidade em que a IES está inserida.

Pelo retrato das contribuições da pesquisa, percebe-se que o IGC, no contexto das IESs em estudo é um instrumento que pode assumir uma perspectiva formativa no momento em que converge para um processo de reflexão das ações e das políticas institucionais.

NOTAS EXPLICATIVAS



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

- 1 AVALIES – Avaliação das Instituições de Ensino Superior.
- 2 CAPES – Cordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
- 3 CEA - Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior.
- 4 CI – Conceito Institucional.
- 5 CNE – Conselho Nacional de Educação.
- 6 CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior.
- 7 CPA – Comissão Própria de Avaliação.
- 8 CPC – Conceitos Preliminares de Curso.
- 9 E-MEC - Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados.
- 10 ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.
- 11 ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio.
- 12 GERES - Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior.
- 13 IDD – Indicador de Diferença de Desempenho.
- 14 IES – Instituição de Ensino Superior.
- 15 INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA.
- 16 PARU - Programa de Avaliação da Reforma Universitária.
- 17 PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional.
- 18 PPI – Projeto Pedagógico Institucional.
- 19 PROUNI - Programa Universidade Para Todos.
- 20 PPC – Projeto Pedagógico do Curso.
- 21 SISU – Sistema de Seleção Unificada.
- 22 SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, R. O. B. de; AMBONI, Nério. **Gestão de cursos de administração: metodologias e diretrizes curriculares.** São Paulo: Prentice-Hall, 2005.

BRASIL. **Lei 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 mar 1996c. Seção 1, p. 4686.

_____. **Lei no 10.861, de 14 de Abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e da outras providências.. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf>>. 2004. Acesso em: 10 de Dez. de 2012.

_____. **Portaria normativa nº 23 de 29 de dezembro de 2010.** Altera dispositivos da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Disponível em:



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

<<http://www.semesp.org.br/portal/pdfs/juridico2011/Portarias/Janeiro/PORTARIA%20N%2023%20-1-12-10.pdf>>. Casa Civil. 2010. Acesso em: 5 de Jan. de 2013.

_____. Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Disponível em: <http://meclegis.mec.gov.br/documento/view/id/17>. Acessado em 5 de jan. de 2013.

_____. **Decreto No 5.773, de 9 de maio de 2006.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm>. 2006. Acesso em 10 de Dez. e 2012.

COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. Sistema Nacional de Avaliação da educação Superior Brasília: CONAES 2010. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CDcQFjAB&url=http%3A%2F%2Fdownload.inep.gov.br%2Fdownload%2Fsuperior%2Finstitucional%2F2010%2Finstrumento%2Favaliacao%2Finstitucional%2Fexterna%2Frecredenciamento.pdf&ei=4POLUfS1EKrD0AHF3oD4Cw&usg=AFQjCNF2ckLme8gBBhbjl3Uo9ooSjMlwjw&sig2=mGtcrbyPIDOwWMLiNytv_Q&bvm=bv.46340616,d.dmQ. Acessado em: 28 de fev. de 2013.

FRANCISCO, Thiago Henrique Almino. **Análise das ações que confirmam a relação Entre o igc e o pdi:** um estudo em faculdades Isoladas no sul de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Administração), 186fls. Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Administração da Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina , Florianópolis, 2012.

_____. **O IGC em uma instituição “sem conceito”:** as ações de referência com base na percepção. **Revista Gestão Universitária.** 2013 - ISSN 1984-3097. Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=27730:o-igc-em-uma-instituicao-sem-conceito-as-aco-es-de-referencia-com-base-na-percepcao-do-procurador-institucional&catid=331:318&Itemid=21>. **Acessado em: 27 de mai. De 2013.**

FRANCISCO, Thiago Henrique Almino; OTANI, Nilo; HELOU, Angela Regina Heinzen Amin; MICHELS, Expedito. **O impacto da estrutura legal do pdi no processo de planejamento estratégico de instituições do sistema AMPESC.** In: XI Colóquio Internacional Sobre Gestão Universitária na América do Sul. II Congresso Internacional IGLU “Gestão Universitária, Cooperação Internacional e Compromisso Social” Florianópolis,



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

2011. Disponível em:
<<http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/28986/5.46.pdf?sequence=1>>.
Acessado em 05 de fev. 2013.

FREITAS E SILVEIRA, Leda Maria; ARAÚJO, Amélia Chaves. **Avaliação da Educação Superior**. Florianópolis: Insular, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo. Atlas, 2002.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **RAE**, São Paulo, FGV, v. 35, n.3, p. 20-29, maio/jun., 1995.

GOUVEIA, Andreia Barbosa. SILVA, Antonia Almeida. SILVEIRA, Adriana A. Dragone. JACOMINI, Márcia Aparecida. BRAZ, Terezinha Pereira. Trajetória da avaliação da Educação Superior no Brasil: singularidades e contradições (1983-2004). **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 16, n. 31, p. 101-131, 2005

HADJI, C. **A avaliação, regras do jogo**: das intenções aos instrumentos. Porto, PT: Porto Editora Ltda, Portugal. 1994.

HAIR JR, J. F. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

SINAES. **Sistema nacional de avaliação da educação superior**. Bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior. INEP/MEC. Brasília: 2003.

BRASIL. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**. Nota Técnica 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior/sinaes/>>. Acesso em: 25 jan.2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatórios, publicações e trabalhos científicos. 6 ed. São Paulo. Atlas, 2006.

MARTINS, J. S. **O Trabalho com projetos de pesquisa**: do ensino fundamental ao ensino médio. Campinas: Papyrus, 2002.

POLIDORI, Marlis Morosini et al. Um olhar sobre a avaliação num contexto multidisciplinar. In: Anais do Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul: Pesquisa e Inserção Social, (Anpedsul), 7, 2008, Itajaí. **Anais...** Itajaí: Univali, 2008.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

POLIDORI, Marlis Morosini; ARAUJO, Claisy Maria Marinho; BARREYRO, Gladys Beatriz. Sinaes: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. **Ensaio:** aval. Pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 14, n.53, p. 425-436, out/dez.2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. 3 ed. SP. Atlas, 1999.

SGUISSARDI, V. **Para avaliar propostas de avaliação do ensino superior.** In: _____. Avaliação universitária em questão: reformas do Estado e da educação superior. Campinas, SP: Autores Associados, 1997. p. 41-70.

SINAES. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.** Da concepção à regulamentação. 2.ed. Brasília. DF: MEC, 2004.

UNEMAT. Universidade do Estado de Mato Grosso. **Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional PRPDI:** 1a.. Oficina de Prospecção de Cenários. Disponível em: < http://www.unemat.br/prpti/pdi/docs/1_oficina_pdi.pdf>. Acessado em 23 de jan. de 2013.